

O PECADO ORIGINAL: RAÍZES HISTÓRICO-TEOLÓGICAS DE UMA CONTROVÉRSIA

Dayvid da Silva

RESUMO

Estuda-se neste pequeno artigo o confronto entre duas linhas de pensamento acerca do pecado de Adão e da Graça de Cristo, a saber: a heresia pelagiana e a resposta de Santo Agostinho a essa heresia. Num primeiro momento, vemos um pouco da doutrina pelagiana sobre o pecado original e sobre a graça e num segundo momento, trabalha-se a resposta agostiniana e, de forma sintética, podemos ver as origens de um dogma que fará com que Agostinho fique conhecido como o “inventor do pecado original”. Encontramos nesse estudo tanto o modo de entender do pelagianismo, quanto o desenvolvimento da questão no pensamento de Agostinho até chegar à necessidade da graça de Cristo para a restauração da natureza e da liberdade corrompidas pelo pecado de Adão.

Palavras chave: Pecado original, graça de Cristo, natureza, liberdade.

ABSTRACT

In this short article is studied the confrontation between two lines of thought about Adam's sin, and the grace of Christ, namely: the Pelagian heresy and St. Augustine answer to that heresy. At first moment, we can notice the influence of the Pelagian doctrine on the original sin and grace, and after, the Augustinian answer, in a synthetic form, we can notice the origins of a dogma which become St. Augustine known as the “Original Sin creator”. We have found, in this study, rather the way to understand the Pelagianism as the development issues in the Augustine thought as far as to reach the necessity of Christ Grace to the nature and freedom restoration which were corrupted by Adam's sin.

Key-words: original sin, Christ Grace, nature, and liberty.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem a finalidade de apresentar ao leitor o pensamento agostiniano sobre o pecado original e a necessidade da graça de Cristo para a restauração da natureza e da liberdade do homem, corrompidas pelo pecado. Para isso, consideramos também, e não haveria como não fazê-lo, a presença da heresia pelagiana, uma vez que o pensamento de Santo Agostinho sobre o pecado de Adão e a Graça de Cristo dá um grande salto com o surgimento dessa nova heresia. Para bem esclarecer as teses, a primeira parte do artigo tenta mostrar o pensamento do pelagianismo e de seus principais adeptos, a segunda expõe a resposta de Agostinho a Pelágio, com seu conseqüente pensamento sobre o pecado original. Finalmente, na seqüela do mesmo Agostinho, uma terceira parte apresenta a graça de Cristo como única forma de resgatar o homem do pecado de Adão, transmitido de geração em geração.

1. A HERESIA PELAGIANA

Poderíamos datar o nascimento da polêmica pelagiana entre 411 e 418. Em 411, Celéstio é condenado no Sínodo de Cartago e, em 415, Pelágio é posto em julgamento pelo Sínodo de Dióspolis do qual ele sai absolvido. Mas, finalmente em 418, Pelágio e Celéstio são condenados pelo concílio de Cartago e em 529, pelo sínodo de Orange. Essas condenações aconteceram porque Pelágio afirmava, sobretudo em sua obra *De Natura*, a possibilidade de a liberdade e a natureza não terem sofrido nada pelo pecado de Adão. Mas, o pelagianismo vai atingir seu auge a partir de 418, justamente após ter sido condenado e teve como seu maior divulgador, Juliano de Eclano que Agostinho considera o arquiteto do pelagianismo.

É importante esclarecer que aqueles a quem chamamos de pelagianos não necessariamente defendem sempre as mesmas teses. O objeto de discussão entre os pelagianos deslocou-se do batismo de crianças, que iniciou toda a discussão, para a questão do pecado original, para a relação entre a graça e a liberdade, para a natureza da concupiscência (*libido*), para a possibilidade de o homem escapar do pecado (*impeccantia*), para a universalidade da graça de Cristo e para a predestinação.

Os principais adeptos do pelagianismo

O pelagianismo surge com Pelágio que dá nome à heresia e que tem passado na história como o grande adversário de Agostinho pelo fato de o bispo de Hipona ter combatido ferozmente suas teses consideradas heréticas. Portanto, Pelágio, Celéstio e Juliano de Eclano são os principais adversários de Santo Agostinho e as figuras mais representativas dessa heresia da primeira metade do século 5º da nossa era. Depois, o pensamento dos três irá influenciar novos grupos tidos como semipelagianos como é o caso dos monges de Hadrumeto, a quem Agostinho escreve sua obra “*A graça e a Liberdade*”.

Provocado pelo conjunto das idéias pelagianas, assim escreve Agostinho em *A natureza e a Graça*:

Percebei agora – e se trata de assunto da máxima importância – como ele se empenha em apresentar a natureza humana isenta de qualquer vício, e luta contra a clareza das sentenças escriturísticas com a arma da sabedoria charlatã, que anula a cruz de Cristo (1Cor 1,17). Mas a cruz de Cristo não será anulada, ao passo que a tal sabedoria perecerá. Depois de provarmos o que afirmamos pela misericórdia divina, talvez se arrependa de ter feito tais asserções.¹

O texto mostra que Pelágio não é um opositor qualquer, e que sua doutrina não é passageira, assim como a de seus seguidores. No livro intitulado *A graça de Cristo e o pecado original*, vemos Agostinho referir-se a Celéstio como um discípulo de Pelágio. Diz ele:

Celéstio revelou-se mais avançado nos termos deste erro. Nem diante do sínodo episcopal em Cartago quis condenar a doutrina dos que dizem: “que Adão foi a única vítima de seu pecado, o qual não atingiu o gênero humano; e que as crianças que nascem estão no mesmo estado que Adão antes da desobediência.”²

¹ AGOSTINHO, Santo. *A natureza e a Graça*, p. 129.

² Idem, *A graça de Cristo e o pecado original*, p. 267.

Referindo-se a Juliano de Eclano, um dos principais nomes da heresia, Agostinho, em *Contra duas epístolas pelagianorum*, critica o conteúdo de alguns fragmentos de suas cartas a Rufos de Tessalônica e aos romanos.

Dizem, estes maniqueus, com os quais não concordamos, ou seja, que divergimos sobre tudo isso, que pelo pecado do primeiro homem, isto é, de Adão, teria perecido o livre-arbítrio e ninguém agora tem a possibilidade de viver bem, mas todos seriam levados ao pecado por necessidade própria da carne.³

A posição doutrinal de Juliano de Eclano apresenta-nos grandes novidades. Ele insiste em acusar Agostinho e os bispos africanos de darem nova vida ao maniqueísmo com sua concepção de pecado original e as conseqüências que dessa concepção se seguiriam com o fato de o pecado ser transmitido através do matrimônio.

A natureza e a liberdade após o pecado de Adão

O pelagianismo confrontou-se diretamente com aqueles que acreditam numa “*Traditio peccati*”, pela qual todo o gênero humano, ao nascer, traz em sua natureza o pecado de Adão. Pelágio afirma que nem o pecado, nem a morte passaram para a humanidade por causa do pecado de Adão. O homem, de acordo com Pelágio, já fora criado com natureza mortal e o pecado do primeiro homem atingiu somente a ele e não passou a seus descendentes, ou seja, não atingiu a natureza humana e nem a modificou. Logo, a morte corpórea não é conseqüência do pecado, mas uma realidade própria da natureza humana dada por Deus desde o início. Sendo assim, a condenação do homem por causa do pecado de Adão é injusta, pois o mesmo não teve nenhuma ligação com esse pecado. Agostinho, em seu livro *A natureza e a graça*, expõe o pensamento de Pelágio sobre a incorruptibilidade da natureza provavelmente em seu livro *De natura*:

Primeiramente, deve-se discutir a razão pela qual se diz que a natureza foi enfraquecida e modificada pelo pecado. Daí que antes de mais nada, creio ser preciso investigar o que seja o pecado: se é uma substância ou um nome totalmente sem conte-

³ Idem, *Contra lãs dos cartas de los pelagianos*, p. 463-465.

údo, mediante o qual se expressa não uma coisa, uma existência ou um corpo, mas um ato de uma má ação... Creio que tem este último significado. E, se assim é, como pode enfraquecer e modificar a natureza o que carece de substância?⁴

Sabendo disso, como dizer que existe o pecado no mundo devido a uma transmissão da natureza, se em nada ela foi modificada ou se não sofreu dano algum? Como podemos dizer que existe uma enfermidade contida na natureza que acompanha a humanidade através das gerações?

Com relação ao efeito do pecado na natureza, continua Pelágio: *“Esta enfermidade não foi contraída pelo pecado, o que impede de se dizer que o castigo do pecado foi a comissão de muitos pecados”*.⁵ Ou seja, o fato de existir o pecado no mundo, ou todas as outras coisas malélicas, não quer dizer que os mesmos tenham sido contraídos por causa do pecado de Adão. Deus cometeria uma injustiça muito grande se, devido ao ato de um só homem, toda a humanidade tivesse que pagar as conseqüências, cujo preço mais alto é a enfermidade das enfermidades, a morte. Mostrando o erro daqueles que afirmam a transmissão do pecado e suas conseqüências, Pelágio demonstra a fraqueza de Adão e a virtude de muitos que vieram depois de Adão: *“Os seus descendentes não são somente mais fracos do que ele, mas também cumpriram muitos preceitos, ao passo que ele negou o cumprimento de um só preceito”*.⁶

Entra, dessa forma, a questão da *impeccantia* ou seja, a natureza humana não foi atingida pelo pecado de Adão e muito menos é portadora e transmissora de tal pecado. Se não há transmissão do pecado, o batismo não tem o sentido que afirmam os que defendem a transmissão. O batismo nada mais é do que o momento em que a pessoa apaga os pecados pessoais e que, através desse sacramento, pode alcançar a vida eterna e entrar no Reino dos Céus. Sobre o batismo de crianças que foi o que desencadeou todo esse debate, não há perdão de pecados porque elas não pecaram e nem trazem em si o pecado de Adão. A natureza está tal e qual foi criada por Deus, e as crianças devem ser batizadas sim, mas não para apagar um pecado que elas não possuem. O batismo de crianças serve para que possam ingressar

⁴ Idem, *A natureza e a graça*, p. 129-130.

⁵ Ibidem, p. 132.

⁶ Ibidem. p. 133.

na vida eterna, caso venham a morrer. Podemos ilustrar bem isso ainda um pouco adiante do mesmo livro de Agostinho, quando ele cita palavras de Pelágio que foram proferidas diante do tribunal: *“quem é desnaturado , que chegue a querer a exclusão do reino dos céus por parte das crianças, ao proibir que sejam batizadas em Cristo e nele renasçam?”*⁷

Sendo assim, vemos que o homem pelagiano goza de um perfeito equilíbrio natural e moral. O pecado não atinge a sua natureza, mas o seu mérito. Quando o homem peca, torna-se culpável por causa de sua má ação. A partir do momento que é perdoado, ele volta a seu estado de perfeição. Não é prisioneiro de uma inclinação mórbida para o mal, como, segundo ele, acreditavam os seguidores da doutrina da transmissão do pecado.

Para o pelagianismo, ainda, todo homem tem sempre a possibilidade de não pecar. Essa possibilidade sempre existiu, porque para essa corrente o ato pecaminoso de Adão, como já vimos, trouxe conseqüências somente a ele e, mesmo pecando, não perdeu a possibilidade de não pecar, dada na hora em que foi criado. Dessa forma, basta com que os homens vivam segundo as Escrituras e os preceitos divinos (a Lei), para que caminhem sempre nos caminhos do bem, sem precisar de uma graça sobrenatural dada por Deus para resgatá-los. Assim, a justiça consiste no minucioso cumprimento da lei, com a esperança de que se cumpram as promessas temporais feitas aos justos do Antigo Testamento. O homem, capaz de, por livre vontade, escolher o bem, tem a capacidade de fazer o bem e evitar o mal por suas próprias forças. Se a alma é pura e livre, o ser humano deve salvar-se através de suas atitudes, por sua livre vontade sem a intervenção divina.

O sentido da graça para o pelagianismo

Falar de graça nesse contexto da heresia pelagiana é falar da justificação do homem, termo que cerca todo o debate acerca da necessidade da graça para a salvação do gênero humano. Pelágio dá início a essa questão perguntando se há necessidade da graça para a justificação do homem ou essa justificação é alcançada pela livre vontade do homem. Desdobra-se, dessa forma, toda uma análise sobre a questão da graça-justificação da qual se chega a algumas conclusões:

⁷ Idem. *A graça de Cristo e o pecado original*. p. 285.

- a graça é, antes de tudo, a criação do homem, dotado de livre-arbítrio e de uma saúde que lhe permite discernir entre o bem e o mal. Dessa forma, a natureza humana, criada livre, é sem dúvida uma graça, já que foi dada gratuitamente. Logo, a graça é dom gratuito. A isso chamaram de “graça natural”.

- A graça é, também, a doutrina que encontramos na revelação divina do Antigo e do Novo Testamento. Na revelação divina conhecemos a vontade de Deus e os seus preceitos. Observar seus preceitos é uma “graça de salvação”.

- A graça consiste ainda, nos exemplos dados pelos santos, mesmo os que nasceram antes da vinda de Cristo, porque sempre existiram homens que não pecaram ou não permaneceram no pecado. Quando o homem opta por não pecar, a graça é a ajuda dada à liberdade humana, para que ela possa decidir com retidão. Todavia, ela não age no cerne do livre-arbítrio, já que não passa de um auxílio, e o homem pode fazer o bem mesmo sem o auxílio da graça, apenas seguindo os preceitos divinos e o exemplo daqueles que viveram segundo as leis de Deus.

- Existe, ainda a graça presente nos sacramentos, principalmente no batismo. Essa graça tem o objetivo de libertar-nos dos nossos atos pecaminosos anteriores e também da concupiscência mal trabalhada do desejo de pecar. No caso das crianças, como já vimos acima, serve para santificar e agregá-las ao povo de Deus, sem função de remir os seus pecados, já que não há pecado algum nos pequenos.

Queremos sublinhar os dois primeiros pontos porque para o pelagianismo, a graça recebida com a criação, ou seja, uma natureza perfeita e o livre arbítrio, é uma graça natural. Também, a graça que recebemos na revelação divina e nos seus preceitos, os quais estão presentes nas Sagradas Escrituras que servem de guia, para que as pessoas possam usá-las para fazer o bem e evitar o mal.

À primeira vista, parece-nos comum, com o que concorda Agostinho, a perfeição primária da natureza. Todavia, para o pelagianismo o homem não perdeu a graça com o pecado do primeiro homem, o que explica a perfeição da natureza pregada pelos discípulos de Pelágio e, se essa graça natural não foi perdida, de nada mais precisa senão alguns preceitos que ensinem por qual caminho se deve seguir: são os preceitos divinos. Dessa forma, a

graça de Cristo não tem outra função que não seja a de ser um auxílio a mais, para que o homem possa escolher pelo bem, mais facilmente e com mais retidão. O Cristo é mais um que deve ser imitado; aliás, o maior deles. Assim como o pecado nasce quando imitamos o ato de Adão, também podemos imitar Cristo para seguir no caminho do bem.

Até então, tirando alguns pontos, também a Igreja atestava que deveríamos viver segundo aquilo que Jesus havia ensinado; contudo, o que inflamará ainda mais esse debate entre a Igreja e o pelagianismo é que a graça trazida por Cristo é dada àqueles que buscam o caminho do bem; com isso, a graça sobrenatural trazida por Cristo será dada de acordo com os méritos de cada um para que se possa alcançar o bem e se libertar do mal mais facilmente. Dessa forma, a graça de Cristo é uma recompensa dada àqueles que agiram bem, segundo os preceitos e o exemplo de Cristo. Podemos citar as palavras de Pelágio que Agostinho traz em sua obra *A graça de Cristo e o pecado original*: “A graça é concedida para o cumprimento mais fácil do que Deus ordena”.⁸

2. A CORRUPÇÃO DA NATUREZA E DA LIBERDADE E A GRAÇA RESTAURADORA EM SANTO AGOSTINHO

Entramos agora no que consideramos como ponto principal desse estudo, onde vamos trabalhar a questão do pecado original e a necessidade da graça de Cristo para a restauração tanto da natureza quanto da liberdade humana. A resposta de Santo Agostinho frente à heresia pelagiana.

O pecado original e suas conseqüências para a natureza humana

Falar sobre pecado original em Santo Agostinho, exige de quem o estuda uma atenção muito grande ao ler suas obras. Isso porque o pensamento do bispo de Hipona sobre o pecado de Adão passa por uma evolução no decorrer de sua vida intelectual e religiosa. Há portanto, uma evolução na maneira de conceber o pecado original e sua conseqüência para o homem.

⁸ Idem, p. 242.

Num primeiro momento, Agostinho está mais preocupado com a “origem do pecado” do que com o “pecado original”. Em suas primeiras obras após a conversão, procurava incessantemente a origem do mal. Não podemos esquecer que foi essa busca que o levou ao maniqueísmo, seita da qual foi adepto durante nove anos, e, por causa dessa busca, abandonou a mesma seita por não ter dado explicações convincentes a respeito do problema. Após sua conversão ao cristianismo, continuara sua busca pela origem do mal para refutar a tese dualista maniqueia que afirmava a existência de duas realidades coeternas: o Bem e o Mal. Agostinho chega a uma conclusão: não há dois princípios coeternos, mas um único princípio, que é responsável pela criação de tudo o que existe. Esse princípio é Deus, o Sumo Bem. Deus cria tudo o que existe do nada, e tudo o que ele cria é bom. Como as criaturas não possuem a bondade do Criador, mas são bens inferiores a ele, são passíveis de corrupção. Afirma o bispo de Hipona:

Todas as naturezas corruptíveis não são naturezas senão porque procedem de Deus, mas não seriam corruptíveis se tivessem sido geradas d’Ele, porque então seriam o que é Deus mesmo. Por conseguinte, qualquer que seja o seu modo, qualquer que seja sua espécie, qualquer que seja sua ordem, elas só os possuem porque foram criadas por Deus; e, se não são imutáveis, é porque foram tiradas do nada. Seria uma audácia sacrílega igualar Deus e o nada, fazendo com que o que é gerado de Deus seja igual ao que é criado do nada.⁹

Notemos que a criação não foi feita “impecável” ou imutável ou incorruptível, já que não foi gerada do imutável, do incorruptível. Todavia, não foi criada já corrompida, uma vez que, vindo de Deus, que é perfeito, ela traz em si a bondade e a perfeição. Dessa forma, o homem, que também é criatura de Deus, nasce sem corrupção alguma, ainda que seja passível de corrupção. Ou seja, o homem é feito em meio à bondade da criação, mas com um aspecto diferente: ele possui o livre arbítrio. O que então aconteceu, para que o mal tenha passado a existir? Essa resposta é simples na visão agostiniana. O mal existe devido ao pecado dos primeiros pais, que desobedeceram ao preceito divino de não comerem do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal, como vemos em Gn 2, 16-17: *E o Senhor*

⁹ Idem. *A natureza do Bem*. p. 13-15.

Deus deu ao homem este mandamento: “podes comer de todas as árvores do jardim, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás, porque no dia em que dela comeres, terás que morrer”. Dessa forma, o mal origina-se do mau uso do livre-arbítrio. Esse ato é o que Agostinho mais tarde, chamará de pecado original.

Tendo entendido essa parte, qual foi então a consequência do pecado de Adão, ou dessa má escolha do primeiro Homem? É esse ponto que deve ser bem compreendido para que entendamos porque falamos em uma evolução no pensamento de Agostinho sobre pecado original.

Podemos perceber, segundo Athanase Sage, autor de *Peché original, Naissance d'un dogme*, três etapas nessa evolução. Na primeira etapa que iria aproximadamente dos anos 387 a 397, vemos que a consequência do pecado de Adão é a morte corporal, ou seja, o que passou aos seus descendentes foi a morte do corpo, mas não o pecado dos primeiros pais. Podemos confirmar essa informação na obra do bispo de Hipona *Gênesis contra manichaeus*:

Essa morte, que todos nós, os nascidos de Adão, passamos a dever à natureza, com a qual Deus ameaçou ao dar o preceito de não comer do fruto daquela árvore, essa morte está figurada nas túnicas feitas de peles. Eles fizeram para si túnicas com folhas de figueira, e Deus lhes fez túnicas de peles, ou seja, eles apeterceram o prazer de mentir repudiando a beleza da verdade, e Deus transformou seus corpos nesta mortalidade da carne, onde se ocultam os corações mentirosos.¹⁰

Nesse primeiro momento, Agostinho considera como consequência do pecado, o fato de agora, os homens possuírem a mortalidade dos animais. Essa mortalidade é aqui representada pelas túnicas de pele que Deus faz para os primeiros pais, conforme Gn 3, 21: *O Senhor Deus fez para o homem e sua mulher túnicas de pele, e vestiu-os.*

O segundo momento dessa evolução do conceito de pecado original, ou pecado de Adão, podemos datar do período entre 397 a 411, onde perceberemos que, além da morte corpórea, temos agora a morte da alma que se tornou culpada, já que é ferida de morte pela concupiscência (libido) e

¹⁰ Idem. *Gênesis contra os maniqueus*. p. 577.

porque é sede do pecado. Podemos citar a presença da concupiscência na alma na obra de Agostinho, *Genesis ad littera*:

Penso que toda pessoa douda ou idiota não duvida que a carne a nada pode aspirar sem a alma. E, por isso, a causa da concupiscência carnal não reside apenas na alma, e muito menos, apenas na carne. Tem origem nas duas; ou seja, na alma, porque sem ela não se sente prazer algum, e na carne, porque sem ela não se sente o prazer carnal.¹¹

Vemos, dessa forma, muito clara a condição da alma que, assim como a carne, é portadora da concupiscência e na qual está presente o desejo para todo tipo de prazer, quando na carne há apenas o desejo pelo prazer carnal. É interessante observar que na fala do santo já se considera a afecção da alma pelo pecado de Adão, a qual permanece com a mancha da culpa de Adão, até que seja resgatada pela graça de Cristo. Esse resgate é causa da ressurreição não só do corpo, mas também da alma.

No terceiro momento trabalhamos o conceito de pecado original de 412 a 430. Devido às teses pelagianas acerca do pecado de Adão e da necessidade do batismo de crianças, o conceito de pecado original começa a tomar o rumo que chegou até nós.

Toda essa problemática da transmissão do pecado de Adão, ou original, se deve à interpretação feita por Santo Agostinho da Carta de São Paulo aos Romanos, capítulo 5, versículo 12. Muitos estudiosos afirmam que Agostinho tinha em mãos a tradução da “Vetus Latina”. Essa tradução é anterior à tradução “Vulgata” de São Jerônimo. Vamos analisar o texto e veremos onde está o erro:

¹¹ Idem. Comentário literal ao Gênesis, p. 359.

TEXTO GREGO – RM 5,12.

Διὰ τοῦτο ὡσπερ δι' ἑνὸς ἀνθρώπου ἄνθρωπος ἡ ἁμαρτία εἰς τὸν κόσμον κόσμος εἰσῆλθεν καὶ διὰ τῆς ἁμαρτίας ὁ θάνατος, καὶ οὕτως εἰς πάντας ἀνθρώπους ὁ θάνατος διήλθεν, ἐφ' ᾧ πάντες ἥμαρτον	Assim como por um só homem o pecado entrou no mundo, e pelo pecado a morte , e que, desse modo, a morte atingiu todos os homens, ou seja, porque todos pecaram.
--	---

TEXTO LATINO DA VULGATAM CLEMENTINAM – RM 5,12.

Propterea sicut per unum hominem peccatum in hunc mundum intravit, et per peccatum mors , et ita omnes homines mors pertransiit, in quo omnes peccaverunt.	Assim como por um só homem o pecado entrou neste mundo e pelo pecado a morte, e assim a morte passou para todos os homens porque todos pecaram
--	--

TEXTO USADO POR SANTO AGOSTINHO (VETUS LATINA)

Per unum hominem peccatum intravit in mundum, et per peccatum mors, et ita in omnes homines [] pertransiit, <u>in quo</u> omnes peccaverunt.	Por um homem o pecado entrou no mundo e pelo pecado a morte e assim [] passou para todos os homens, <u>no qual</u> todos pecaram.
---	--

Percebamos que no texto original grego fica claro que o que passou para o homem foi a morte (*qa,natoj* - - 2 vezes), e no texto latino da *Vulgatam Clementinam* também vemos que a morte passa a todos os homens (*mors* - 2 vezes). Todavia, no texto usado por Santo Agostinho, provavelmente a *Vetus Latina*, já que Agostinho não compreendia muito bem o grego, falta a segunda palavra *mors*; ou seja, aparece apenas “*et ita in omnes homines pertransiit*” (e assim passou para todos os homens). Passou o quê? Agostinho interpreta como sendo o pecado que passa para todos os homens. O problema está que Agostinho e antes dele Ambrósio, traduziu a fórmula de maneira literal, por um relativo *in quo* (no qual), porque o texto que liam não trazia a palavra *mors*. Agostinho, assim considera que o antecedente do *in quo* é *peccatum* e não *mors*. Então, Agostinho lera o pecado *passou ao mundo*, no qual *todos pecaram*. Entretanto, como bem nos lembram V.

Grossi e B. Sesboüe, o grego não permite essa interpretação, já que o termo a`marti,a (pecado) é feminino, enquanto qa,natoj (morte) é masculino.

Com essa interpretação, vemos que há em Agostinho uma inclusão de todos os homens em Adão, no qual todos pecaram. Podemos ver essa interpretação de maneira muito convincente na carta 157 a Hilário (414), na qual Agostinho afirma:

Dizem que a criança não batizada não pode ser prejudicada com a morte, uma vez que nasce sem pecado: mas não é isso que diz o Apóstolo, em quem Cristo falava, quem acredito ser o melhor Doutor dos Gentius: Por um homem o pecado entrou no mundo, e pelo pecado, a morte, e assim passou para todos os homens, no qual todos pecaram.¹²

Vemos que Agostinho justifica com essa fala não só a transmissão do pecado como o batismo de crianças. Encontramos essa interpretação em praticamente todas as obras a partir de 412, quando o bispo de Hipona começa a combater mais duramente a heresia pelagiana. É interessante ver que Agostinho não isenta as crianças do pecado, como faziam os pelagianos. Pelo contrário, elas nascem com o pecado de Adão e, se não receberem o banho da regeneração para o resgate, elas serão condenadas. Podemos encontrar esse pensamento na obra *De natura et Gratia*:

Logo, justamente, por esta condenação que atinge a massa inteira, não é admitido no reino dos céus, não só aquele que não foi cristão, mas também aquele que não pudesse ser cristão.¹³

Agostinho fala *aquele que não pudesse ser cristão*, ou seja, aqueles que não foram batizados. É interessante observar que Agostinho usa o termo massa em vez de humanidade. Essa comparação é muito comum nas obras do bispo de Hipona. Em outras passagens ele chama essa massa de *Massa de Perdição*. Diante disso, Agostinho considera claramente que aquele que não recebeu o batismo continua no pecado, mesmo que seja uma criança que não cometeu nenhum pecado pessoal por sua própria responsabilidade.

Todavia, embora tenha sido provado que somente no último estágio Agostinho considera que o pecado original passou a todos, isso não quer

¹² Idem. *Carta 157*. p. 391.

¹³ Idem. *De natura et gratia*, p. 830.

dizer que somente nesse estágio apareceu o termo *pecado original*. Se consultarmos a obra *Ad Simplicianum de diversis quaestionibus*, que foi escrita em 396, poderemos encontrar esse termo:

Sei pois, que o bem não mora em mim, isto é, na minha carne. Se se atende ao conhecimento que tem, está de acordo com a lei; se se olha o que faz, ele se rende ao pecado. E se alguém pergunta como se sabe que habita em sua carne, não o bem, mas o pecado, o que diremos senão que o sabe por causa da transmissão da mortalidade e da freqüência da vontade? O primeiro é castigo do pecado original; o segundo, adquirimos enquanto vivemos. Os dois, certamente, a natureza e o costume juntos, fazem muito forte e indomável a concupiscência que provoca a existência do pecado e diz que habita em sua carne, ou seja, que tem estabelecido como um certo poderio e reinado.¹⁴

Queremos chamar a atenção aqui para o termo *pecado original*, mostrando o seu uso nessa obra e, dessa forma, considerando a sua existência antes da polêmica causada com o aparecimento do pelagianismo. Se o texto é de 396, ele participa então, daquele primeiro estágio que já tratamos. Isso se confirma pelo próprio texto, já que lemos *herança da mortalidade*. Depois se confirma quando ele fala que essa herança é castigo do pecado original, castigo que herdamos ao nascer, ou seja, nascemos mortais.

A corrupção da natureza e a solidariedade natural

Como vimos na evolução do significado do pecado original, o homem nasce agora, mortal, com uma alma manchada pela corrupção do corpo, e que o homem em si é pecador por natureza. Tanto que, como já vimos, se alguém morre sem o banho batismal, para Santo Agostinho esse está condenado pelo resto da eternidade. Vejamos o que diz o santo acerca da corrupção da natureza:

A natureza do homem foi criada no princípio sem culpa e sem nenhum vício. Mas a atual natureza, com a qual todos vêm ao

¹⁴ Idem. Los dos libros sobre diversas cuestiones a Simpliciano. p. 69-71.

mundo como descendentes de Adão, têm agora a necessidade de médico devido a não gozar de saúde. O Sumo Deus é o Criador ao qual não cabe culpa alguma. Sua fonte é o pecado original que foi cometido por livre vontade do homem. Por isso, a natureza sujeita ao castigo atrai com justiça a condenação.¹⁵

Destacamos o termo natureza. Agostinho fala “a natureza do homem foi criada no princípio, sem nenhum vício”. Ele não fala “Adão foi criado no princípio, sem nenhum vício”. Depois ele continua: “Mas a atual natureza, com a qual todos vêm ao mundo como descendentes de Adão, têm necessidade de médico devido a não gozar de saúde”. Vemos dessa forma que, ao dizer que a natureza do homem foi criada sem vício e que a atual natureza tem necessidade de médico, já que está doente, há uma mudança na natureza: no princípio, foi criada boa, agora está doente. Depois ele fala que a atual é doente, porque somos descendentes de Adão. Logo, ao afirmar “a natureza do homem foi criada”, e sabemos que o primeiro homem foi Adão, mostra que a natureza humana em estado de perfeição é representada pelo Adão que ainda não havia pecado, e a natureza de agora é representada pelo Adão pecador. Com isso, na natureza de Adão já estava contida a natureza do homem. Se Adão não tivesse pecado, o homem atual gozaria de boa saúde, já que somos descendentes daquele que foi o primeiro ser humano dessa natureza do homem. Todavia, com o pecado do primeiro homem, para Agostinho entra o pecado na natureza humana, uma vez que toda a humanidade já estava presente na natureza do primeiro homem. Para Agostinho, através da desobediência de Adão, o pecado atingiu a todos os homens porque todos pecaram em Adão. Adão passa a ser um “universal concreto” em que todo o gênero humano está inserido. Já que todos pecaram em Adão, não podemos interpretar de outra maneira senão considerarmos que há uma solidariedade natural com relação ao pecado. Toda a humanidade já estava em Adão e, por esse motivo, toda a humanidade está condenada pelo pecado de Adão e, assim, toda a humanidade necessitará de um remédio, a graça de Cristo onde toda a humanidade deverá ser justificada pelo batismo.

Observemos que Agostinho considera Adão como o grande gerador, do qual recebemos a natureza humana. Com essa natureza recebemos não só a própria natureza, mas o pecado cometido por ele. Esse pecado é transmitido

¹⁵ Idem. A natureza e a graça. p. 114.

devido à geração natural, e o que permite a transmissão desse pecado é a existência de uma das conseqüências do próprio pecado: a concupiscência. A solidariedade com o único Adão e com o único Cristo (unus et unus) de todos e de todos (omnes et omnes) encontra seu fundamento, exatamente na geração que faz de todos nós homens, e na regeneração que nos justifica. Desta forma, todos aqueles que são gerados do primeiro homem, estão condenados, se não forem regenerados pela graça de Cristo.

Pecado e Concupiscência

Sabemos que o primeiro homem, ao cometer o pecado, perde a vitalidade de sua relação com Deus. Essa vitalidade é a graça natural, aquela que ele possuía antes de cometer o pecado. A perda da graça causa na natureza uma desordem e uma desorientação no desejo, concupiscência. A partir daí, o homem é um ser ferido que, mesmo sendo curado, permanecerá com sua cicatriz. Eis a conseqüência do pecado: somos todos pecadores e, mesmo justificados, inclinamo-nos ao pecado. Ficamos sujeitos ao amor do mundo e distanciamo-nos do amor de Deus.

Sendo assim, Agostinho considera que a concupiscência é um estado de desordem interior, de incapacidade de fazer o bem de maneira contínua. Isso levará o homem a cometer vários outros pecados. Entretanto, ela só leva ao pecado se ela triunfa, ou seja, se o homem se deixa levar pelos desejos que o conduzem às criaturas e esquece de conduzir-se ao Criador. Dessa forma, parece haver no homem após o pecado, uma certa necessidade de pecar, como podemos ver:

Há porém, uma necessidade de pecar, não devido à condição humana em si, mas enraizada na enfermidade da natureza. Por isso, ouça o homem e, para se libertar dessa necessidade, aprenda a dizer a Deus: “Livra-me das minhas aflições” (Sl 25,27). Esta súplica revela uma luta contra o tentador que luta contra vós, valendo-se dessa necessidade.¹⁶

O pecado de Adão com isso, faz com que tenhamos uma inclinação ao pecado. Agostinho usa o termo necessidade, uma palavra forte que ge-

¹⁶ Ibidem. p. 190.

ralmente indica que aquilo que é necessário é essencial. O essencial para o homem deixa de ser o amor de Deus e passa a ser o amor ao mundo, aos prazeres que o mundo contém e que enganam. Com isso, tornamo-nos escravos de nossos próprios desejos. Para o bispo de Hipona, a concupis-cência é o sinal manifesto e eficaz do pecado original. Nasce do pecado e leva ao pecado. A natureza torna-se viciada (*Natura viciata*), havendo dessa forma, um “hábito de pecar”.

Agostinho: a graça de Cristo e a restauração da natureza e da liberdade corrompidas

É importante, antes de tudo, perceber que o termo graça, pouco a pouco se vai tornando semelhante ao termo justiça-justificação. Com relação à natureza, a graça será o remédio que a cura. Agostinho vai contestar Pelágio, quando este afirma que a graça podia ser considerada na própria criação do livre-arbítrio como natureza, ou seja, o poder ser livre. Pelágio desenvolve uma teoria de uma natureza sadia e íntegra, em que o pecado não deixara sua marca mortal.

Agostinho, por sua vez, como já vimos, considera que o pecado atingiu diretamente a natureza humana. Ele reconhece o valor da natureza humana, porém, se deixada a si mesma, não tem nenhuma potencialidade, a não ser para o pecado. Desta forma, o homem não teria salvação se não lhe fosse dada a graça de Cristo, de tal modo que o homem não poderia viver sem pecado sem contar com o auxílio da graça divina. Portanto, se a graça de Cristo não restaurar a natureza, ela não pode deixar de pecar por si mesma. A natureza humana não tem o poder de não pecar se não for ajudada pela graça divina. O não pecar não depende de nós, embora o ato do pecado seja nosso. Agostinho, ao combater as idéias de Pelágio, afirma:

Fico pasmado ao ver a audácia com que sustenta o não pecar como dependendo de nós sem o auxílio medicinal de nosso Salvador, e defenda a possibilidade de não pecar à eficácia da natureza. Esta natureza apresenta-se tão decaída que não reconhecê-lo, é o maior pecado.¹⁷

¹⁷ Ibidem. p. 166.

É pela salvação trazida por Cristo que temos agora, a possibilidade da regeneração da natureza. Isso, Agostinho confirma ao citar Rm 5,18: *Assim, como pela falta de um só, resultou a condenação de todos os homens do mesmo modo, da obra de justiça de um só, resultou para todos os homens a justificação que traz a vida*. Ou seja, se Adão é doador do pecado, Cristo é doador da graça; se Adão é doador da morte, Cristo é doador da vida; se em Adão todos pecaram, em Cristo, todos foram justificados.

Quanto à liberdade, faz-se necessário, antes de tudo, deixar claro que para Santo Agostinho, há uma diferença entre livre-arbítrio e liberdade. Para o bispo de Hipona, o livre-arbítrio é a faculdade de escolha com que todos os homens nascem; é a própria vontade pertencente à natureza espiritual e essa jamais poderá ser perdida, mesmo que a vontade se encontre em estado de escravidão devido ao pecado do primeiro homem. Já a liberdade, não é o poder de escolha, mas é o amor ao bem, o estado da vontade orientada para o bem, que é Deus, o Sumo Bem. Desse modo, se o homem não escolhe o bem, nele a liberdade está corrompida. No entanto, o livre-arbítrio permanece. Se não permanecesse, o homem estaria condenado a viver no pecado sem a possibilidade de acolher a ajuda divina gratuita para se libertar da escravidão do pecado. Refutando as cartas de Juliano de Eclano, Agostinho dirá:

Quem de nós, porém dirá que o livre-arbítrio do gênero humano pereceu com o pecado do primeiro homem? O que pereceu foi a liberdade por causa do pecado; mas foi a liberdade que havia no paraíso, que possuía plena justiça junto com a imortalidade; por isso, a natureza humana precisa da graça divina, como diz o Senhor: *Se o Filho vos libertar, sereis verdadeiramente livres (Jo 8, 36)*, certamente livres para viver bem e com justiça. O livre arbítrio, de tal maneira, não pereceu por causa do pecado, pelo qual pecam todos os que pecam com deleite e, amando o pecado, escolhem o que lhes agrada.¹⁸

Nesse texto fica evidente que o livre-arbítrio permanece no homem e o que perece na realidade é a liberdade. Todavia, essa liberdade pode ser adquirida novamente através da graça divina. Para fundamentar isso, Agostinho baseia-se no texto de João 8, 36, mostrando que quem dá a liberdade,

¹⁸ Idem. *Contra las dos cartas de los pelagianos*. p. 465.

é o Filho e se ele nos der essa liberdade, seremos verdadeiramente livres. A graça divina vem em auxílio do livre-arbítrio, dando-lhe a possibilidade de alcançar novamente a liberdade que Adão possuía antes de ter cometido o pecado. Após o pecado de Adão, toda a humanidade ficou privada de liberdade, estando sob a dominação da concupiscência. Pela graça, temos liberdade para agir livremente. O livre-arbítrio, por si só, não é capaz de devolver a liberdade original que pereceu no momento da queda do primeiro homem.

O homem, nesse caso, não tem a capacidade de, por si só, escolher voltar ao estado original. Antes, precisa da ajuda do Criador e só ele é capaz de regenerar a liberdade, fazendo com que ela possa novamente buscar o bem e permanecer nele. A graça de Cristo não só restaura a natureza como também aquela liberdade que havia perecido por causa do pecado. Com isso, Agostinho nega a tese dos pelagianos e afirma que o livre-arbítrio danificado com o pecado não é capaz de libertar o homem do mesmo pecado.

A gratuidade da graça

Junto com toda essa problemática acerca da natureza e da liberdade humana surge uma outra questão que está intrínsecamente ligada ao assunto que estamos estudando: a questão da gratuidade da graça. Os pelagianos afirmam que o homem pode corrigir-se e voltar ao estado de graça natural por sua própria vontade. Ao dizerem isso, implica-se um problema: qual a função da graça de Cristo? Os pelagianos respondem dizendo que a graça de Cristo serve de auxílio para que o homem possa corrigir-se mais facilmente e que essa graça é dada de acordo com as nossas ações, com nossos méritos. Sendo assim, a graça é uma recompensa por nossas boas ações. Aqui se insere o problema: para Agostinho, a partir do momento em que se acredita que a graça de Cristo é dada como recompensa por nossas ações, ela deixa de ser graça. Podemos confirmar isso nas palavras do próprio bispo de Hipona:

Ó novos hereges pelagianos! Filhos da soberba, inimigos da graça de Cristo todos aqueles que defendem o destino e que confessam que todos os bons méritos do homem são prece-

dados da graça de Deus e que a graça de Deus não é dada gratuitamente, senão como recompensa devida aos méritos.¹⁹

Vemos a revolta de Agostinho com relação aos pelagianos porque se negarmos a gratuidade da graça, negamos a própria graça, e se negamos a graça, negamos a cruz de Cristo. Agostinho fundamentará essa tese da gratuidade da graça, tomando como exemplo a questão do batismo de crianças, já que elas não fizeram nada para merecer a graça redentora de Cristo e, mesmo assim, a recebem: *“Diga-nos pois, quantas crianças morreram depois de serem batizados em Cristo, em virtude de quais méritos precedentes o receberam”*.²⁰

Essa é uma questão muito forte nas obras de Agostinho. A graça só é graça, se é dada gratuitamente. Nós não merecemos a salvação trazida por Cristo, mas mesmo assim, ele nos deu a possibilidade da salvação, como podemos ver: *“Esta graça, sem a qual nem as crianças nem os adultos podem ser salvos, não é dada em consideração aos merecimentos, mas gratuitamente, o que caracteriza a concessão como graça. Justificados gratuitamente pelo seu sangue”*.²¹ Os únicos méritos que possuem a capacidade de salvar são os méritos de Cristo. Se não for por esses méritos, o homem permanece condenado à morte eterna, porque os nossos méritos, além de insuficientes, não são capazes de nos salvar.

CONCLUSÃO

Após termos analisado a questão do pecado original tanto para o pelagianismo como no pensamento de santo Agostinho, podemos afirmar que, diante dessa heresia, o bispo de Hipona se vê frente a uma batalha que poderia mudar a forma de entendermos a graça de Cristo que nos é dada pelo batismo e, assim, chegássemos a negar a necessidade dessa graça para bem vivermos. Sabemos que o pensamento de Santo Agostinho sobre o pecado original sofre um equívoco por causa de uma tradução também equivocada que existia na época. Todavia, o fato de haver esse equívoco, não tira do bispo Agostinho todo o mérito de ser chamado de *Doutor da*

¹⁹ Ibidem. p. 531.

²⁰ Ibidem. p. 533.

²¹ Idem. A natureza e a graça. p. 115.

Graça, uma vez que nele encontramos o grande defensor da cruz de Cristo e o conhecemos hoje como um dos principais pensadores da Igreja que se preocupou com a questão da graça divina e o colocamos junto a Santo Tomás de Aquino e o Concílio de Trento, que beberam da fonte agostiniana e com o bispo de Hipona formam o tripé da teologia da graça.

Dayvid da Silva

Aluno do Curso de Graduação em Teologia da Pontifícia Faculdade de Teologia N. Sra. da Assunção/SP.

BIBLIOGRAFIA

- AGOSTINHO, Santo. *Comentário literal ao Gênesis*. Trad. Frei Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2005.
- _____. *Sobre o Gênesis, contra os maniqueus*. Trad. Frei Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2005.
- _____. *A natureza e a Graça*. A Graça (1). Trad. Frei Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1998.
- _____. *A graça de Cristo e o pecado original*. A Graça (1). Trad. Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1998.
- _____. *A graça e a liberdade*. A Graça (2). Trad. Frei Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1999.
- _____. *Los dos libros sobre diversas cuestiones a Simpliciano*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1952.
- _____. *Contra las dos epistolas de los pelagianos*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1952.
- _____. *Epístola 157 a Hilário*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1953.
- _____. *A natureza do bem*. Trad. Carlos Ancênde Nougé. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005.
- LADARIA, Luis F. *Teología del pecado original y de la gracia*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.
- SAGE, Athanase. *Peché original, Naissance d'un dogme*. <http://documents.irevues.inist.fr>. 1967.
- SESBOÜÉ, Bernard. LADARIA, L.F. GROSSI, V. LÉCRIVAIN, Ph. *O Homem e sua Salvação*. Tomo 2. São Paulo: Loyola, 2003.